

Desafios do
Livre Mercado
para o Feminismo

CADERNOS Sempreviva

Uma publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaios de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

F233d SOF Sempreviva Organização Feminista
Desafios do Livre Mercado para o Feminismo /
Nalu Faria (org.), Richard Poulin. - São Paulo :
SOF, 2005.
72 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série
Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 8).

ISBN 85-86548-11-1

1. Economia 2. Feminismo I. Título

CDU – 339.19

ISBN 85-86548-11-1



9 788586 548116

cadernos sempreviva

Textos para a ação feminista

Desafios do Livre Mercado para o Feminismo

NALU FARIA

RICHARD POULIN


SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

São Paulo, 2005

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Diretoria

Presidente: Marilane Oliveira Teixeira
Vice-Presidente: Ângela das Graças Oliveira Santos
1.^a Tesoureira: Maria Luiza da Costa
2.^a Tesoureira: Rosângela Dias Oliveira da Paz
1.^a Secretária: Denise Gomide Carvalho
2.^a Secretária: Ticiane Studart Albuquerque
Conselho Fiscal: Valéria Maria de Massarani Gonelli, Alice Mitika Koshiyama, Anderson de Souza Campos, Jorge Kayano (Suplente)

Composição da Equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria (coordenadora geral)
Miriam Nobre
Sonia Maria C. G. Orellana
Neide Yamaguchi
Fernanda Estima
Raquel Oliveira
Elaine Campos Bruno
Julia Ruiz Di Giovanni
Maria Fernanda P. Marcelino

Estagiárias

Renata Moreno
Juliana Lago

Equipe Administrativa

Lais Sales Costa (gerente administrativa)
Helena Rita A. Carvalho

Apoio e Manutenção

Antônio Pinheiro Maciel Filho
Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
CEP 05417-080 São Paulo SP – Brasil
Tel/fax: (011) 3819 3876
correio eletrônico: sof@sof.org.br
<http://www.sof.org.br>

Edição

Edição de texto e editoração (miolo): Morissawa Casa de Edição
Capa: Carla Sarmiento

Esta publicação teve apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll

Impressão

Fabracor Indústria Gráfica Ltda
Tiragem: 2.000 exemplares

SUMÁRIO

- Apresentação 7
- O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas
diante do neoliberalismo – *Nalu Faria* 11
- Quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de
prostituição – *Richard Poulin* 40

APRESENTAÇÃO

Este caderno tem duas pontas: a compreensão e a denúncia de como o capitalismo atual se apropria da opressão das mulheres e a trajetória e as lacunas do movimento feminista latino-americano no enfrentamento da ordem capitalista e patriarcal.

O artigo “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo” foi escrito por Nalu Faria como contribuição ao debate interno na REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia). Segundo a autora a REMTE foi criada no final dos anos 1990 com o objetivo de que as mulheres se apropriassem do debate econômico. Um tema presente era compreender o trabalho das mulheres no contexto das políticas de ajuste estrutural e na intensificação da ideologia e das regras do livre mercado.

As discussões iniciais refletiam uma tensão entre a leitura crítica e a leitura restrita a um balanço entre aspectos positivos e negativos da globalização, como faziam outros setores do movimento, embalados por supostas vitórias nas conferências das Nações Unidas.

O posicionamento da REMTE com base em uma vertente crítica veio sendo fortalecido em seu processo de consolidação. Expressar posições é um aprendizado no movimento feminista. Sabemos do caráter transformador da unidade das mulheres diante da nossa socialização baseada no isolamento e na disputa entre elas pelo pouco espaço e reconhecimento que a sociedade lhes reserva. Mas a construção dessa unidade é uma tarefa política que jamais se fará pela desqualificação das divergências, diluição de posições e despolitização do debate. Para construir e afirmar posicionamentos políticos da REMTE foi necessário resgatar a trajetória do movimento feminista a partir das respostas que este foi dando aos desafios apresentados pela conjuntura.

E, nessa trajetória, perceber a renovação do movimento expressa em novos processos, como a Marcha Mundial das Mulheres e a própria REMTE. Fomos tomando consciência da necessidade e da possibilidade de renovar e de intervir sobre outros temas de outras formas, e não seguir presas à agenda do feminismo hegemônico e seu modo de agir. Por exemplo, debatemos para que a REMTE deixasse de ser parte da Campanha Mulheres de Olho no Banco Mundial, questionando o pressuposto de que as mulheres tinham que participar de todos os espaços para assegurar a transversalidade de gênero.

O acúmulo deste debate nos ajudou em momentos críticos, como em Cancún, na reunião ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio). Organizações mexicanas realizaram o Fórum Direitos das Mulheres nos Acordos Comerciais, antecedendo as atividades propostas pelos movimentos. O próprio título do Fórum indicava uma falta de sintonia com a estratégia, acordada pelos movimentos sociais, de descarrilar a OMC. Integrantes da Rede Gênero e Comércio no México propunham a criação de uma estrutura dentro da OMC para avaliar os impactos de gênero dos acordos. A unidade política construída na REMTE nos permitiu reagir e impedir que esta proposta fosse aprovada: nós não queremos estar em um trem que queremos tirar dos trilhos.

Mais recentemente temos trabalhado com este artigo no Brasil, nos debates internos à Marcha Mundial das Mulheres, e esta recuperação crítica da trajetória do movimento feminista também tem nos ajudado a construir posições.

De meados dos anos 1990 até hoje, o debate no feminismo avançou. Hoje ninguém mais tem coragem de dizer que as mulheres ganham com a globalização, mesmo no campo do trabalho. Assim podemos seguir adiante no debate de posicionamentos a partir de uma questão polêmica no movimento feminista: a prostituição.

Ainda tem força no debate feminista no Brasil a idéia de que a prostituição é uma escolha e está no campo dos direitos individuais. Somam-se a isso as políticas de identidade: você não pode falar sobre prostituição se não é prostituta. Esta visão nos

dificulta construir acordos políticos entre nós que tenham como base não só nossa experiência passada e presente, mas também nossas ações de transformação.

Richard Poulin coloca o debate sobre prostituição em termos com que nos identificamos: a monetarização das relações sociais e a mercantilização da vida acirradas no atual estágio do capitalismo. Esse autor não é só um estudioso do tema. Ele atua com nossas companheiras da Marcha Mundial das Mulheres do Canadá, no CLES (Concertação de Lutas contra a Exploração Sexual). O artigo aqui traduzido e apresentado foi publicado nos cadernos Alternativas do Sul “Prostituição: a globalização encarnada”, editado pelo Centro Tricontinental e Éditions Sylepse.

São interessantes e importantes suas observações sobre a regulamentação da prostituição na Alemanha. Esta experiência é expressamente citada como positiva e como justificativa no Projeto de Lei n.º 98/2003 do deputado Fernando Gabeira. Esse projeto, conhecido como favorável às mulheres que exercem a prostituição, tem no seu centro “a descriminalização das condutas de favorecer a prostituição”, ou seja, considera que “manter casa de prostituição e promover a entrada ou saída de mulher com o fim de exercer a prostituição é consequência lógica de se tornar exigível o pagamento pelos serviços sexuais”. Ou, como expressa o parecer favorável do relator, deputado Chico Alencar, o Projeto de Lei “descriminaliza as condutas de favorecimento da prostituição, casa de prostituição e tráfico de mulheres para exercer a prostituição”. Ou seja, é em verdade favorável aos interesses de empresários e redes que atuam no setor.

Na mesma época em que apresentou seu Projeto de Lei, Fernando Gabeira escreveu vários artigos no Caderno de Turismo do jornal *Folha de S.Paulo*, glorificando o turismo sexual como um “ponto de equilíbrio da economia libidinal”. No seu entendimento, os homens do Norte (ele provavelmente pensava nos alemães) casados com mulheres assexuadas e não-submissas têm demanda por mulheres quentes e submissas. E, assim como ofertamos soja, pasta de celulose, podemos ofertar mulheres e garantir a entrada de divisas no país. Seus artigos eram uma combinação

de sexismo, racismo e de defesa de uma posição subordinada do Brasil na divisão sexual e internacional do trabalho.

O movimento feminista no Brasil terá de se defrontar novamente com essa questão por uma razão inusitada: as mulheres presentes no I Encontro Nacional das Prostitutas, que aconteceu em Teófilo Otoni nos dias 3 a 6 de novembro de 2005, decidiram organizar uma campanha contra a regulamentação e contra o Projeto de Lei n.º 98/2003.

Na viagem da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, a prostituição e o tráfico de mulheres foi tema de denúncia e ações em vários países, tanto no Sul como no Norte. Muitas mulheres trabalhadoras de *maquilas* ou assalariadas agrícolas recorrem à prostituição para assegurar rendimentos mínimos. Essas mulheres são nossas companheiras e queremos que estejam conosco nas lutas por trabalho e condições de vida digna.

Estarms juntas não nos impede de denunciar a moral que limita a sexualidade a uma troca monetária e de favores entre pessoas que não têm o mesmo poder de decisão sobre sua vida ou sobre a vida do outro.

Os artigos de Nalu Faria e Richard Poulin têm em comum o fato de apresentarem de forma precisa seus posicionamentos sobre temas em debate – a trajetória do feminismo latino-americano nos anos 1990 e a prostituição. Essa precisão nos é bastante útil num momento em que, como diz Terry Eagleton¹, o capitalismo já não necessita de nossa cumplicidade para se reproduzir: ele só tem de nos manter em permanente estado de distração. Quanto mais estivermos atentas, ampliando o alcance de nosso olhar sobre a realidade, articulando temas, perspectivas e experiências, e identificando o que está em jogo, mais estaremos próximas de enfrentar os desafios que a conjuntura nos apresenta.

MIRIAM NOBRE

São Paulo, dezembro de 2005.

¹ EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. São Paulo, Jorge Zahar, 1998.

O FEMINISMO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: PERSPECTIVAS DIANTE DO NEOLIBERALISMO

NALU FARIA

A constituição da chamada segunda onda do movimento feminista na América Latina e Caribe deu-se a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980. Muitas análises têm sido realizadas na região sobre a complexidade desse processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e cultural.

Em vários países latino-americanos e caribenhos esse movimento se formou a partir da existência de grupos autônomos que manifestavam forte crítica à política sexista dos partidos de esquerda e dos sindicatos. Outro setor importante era constituído por militantes partidárias que procuravam combinar sua intervenção no movimento de mulheres com a luta por mudanças dentro dos partidos de esquerda em que militavam. Diversas análises apontam que as tensões iniciais no movimento feminista se davam em torno do debate sobre identidade feminista. Uma das modalidades dessa polêmica se expressa na divisão entre militantes (*políticas*) e feministas (Sternbach et al, 1994:267) ou se refere a uma fronteira entre feministas e não-feministas (Alvarez, 2000:387).

Um aspecto comum a vários países da região é que a ação do movimento feminista articulou-se em um contexto de ditaduras e integrou o processo de luta pela redemocratização, no qual o feminismo construiu relações com outros movimentos sociais. Pode-se dizer que, de forma geral, havia a influência de uma visão socialista e classista, o que levou a definir como prioridade uma ação voltada a disseminar o feminismo entre as mulheres dos setores populares. Mas isso não impediu que surgisse, em vários países, a tensão entre feministas e o movimento amplo de mulheres.

No que se refere aos partidos de esquerda e aos movimentos mistos, estes em geral não reconheciam a importância do feminismo e o consideravam uma luta de caráter liberal da classe média e da pequena burguesia. Embora essa visão tivesse gerado um conflito constante entre as partes, houve, por outro lado, a busca de estratégias para que as mulheres dos setores populares assumissem uma visão feminista.

AS TENSÕES INICIAIS DENTRO DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO CARIBENHO

Em geral, os estudos feitos analisaram mais exaustivamente determinados aspectos do movimento de mulheres e, nos últimos anos, teve por foco o feminismo hegemônico. Embora muitos deles reconheçam que, nos anos 1990, as relações de poder dentro do feminismo são desiguais, ainda há pouca visibilidade do pólo considerado minoritário.

Mesmo as análises mais abrangentes ainda não conseguiram expressar vários aspectos desenvolvidos em alguns setores do movimento. Por exemplo, ao colocarem as mulheres de partido como um setor, não captam as diferentes vertentes e suas contribuições, em relação tanto ao contexto

de cada país como também às diferenças e particularidades do posicionamento político.

O desenvolvimento do feminismo nos setores populares e nos sindicatos ainda carece de estudos mais aprofundados, que permitam uma maior compreensão dos processos feministas em nossa região. Ainda prevalece no movimento uma certa diferenciação entre quem é e quem não é feminista. Hoje, certamente, essa diferenciação está diluída, mas talvez tenha sido substituída por uma outra, que se refere a uma hierarquia entre quem é mais ou menos feminista.

Ainda há, no movimento, uma tendência a perceber o feminismo de forma muito intelectualizada, de modo que a maioria das militantes oriundas da classe média não assimilou plenamente o significado da prática feminista das mulheres pobres, a partir de sua luta cotidiana e, claro, de suas experiências formativas, de articulação etc. e, assim, tem uma visão limitada desse segmento majoritário como protagonista da luta feminista. Isso decorre também da insuficiência de compreensão do feminismo enquanto movimento social e da percepção do movimento muito mais do ponto de vista intelectual. Parecem continuar a prevalecer os fragmentos de uma visão ainda preconceituosa em relação aos setores populares e mais próximos da esquerda.

A QUESTÃO DA AGENDA FEMINISTA

Houve, em alguns países, uma grande polêmica em torno do que se chamou de relação entre o específico e o geral. Essa polêmica, que se referia a qual deveria ser o tema do movimento feminista, tinha como determinante a concepção acerca da natureza da opressão das mulheres. O setor para o qual a luta das mulheres deveria enfatizar o aspecto cultural privilegiava a necessidade de uma mudança

de mentalidade, em particular levando à construção de uma consciência feminista a partir dos grupos de reflexão. Nesse setor, as demandas políticas se encaminharam, em sua maioria, para o campo das mudanças legislativas.

É interessante perceber que o conteúdo da luta defendido por grande parte das chamadas “militantes” ou “políticas” – como integrar o feminismo em uma visão global – foi incorporado por amplos setores do movimento vinculado às chamadas “feministas” após a expansão do conceito de gênero e no decorrer dos processos de democratização. Nesse período, diversos setores do movimento fizeram um intenso debate sobre qual deveria ser a ação feminista na democratização, a questão da participação cidadã. Além disso, é importante contextualizar esse debate, que se deu concomitantemente ou como parte do processo de institucionalização e transnacionalização do movimento¹.

Várias análises apontam para a influência socialista no início da segunda onda feminista. Porém esse debate durou pouco e, em alguns países, como o Brasil, levou a que os setores oriundos do autonomismo escolhessem formas organizativas que esvaziaram espaços amplos do movimento de mulheres. Esses setores passaram a articular ações a partir dos grupos prestadores de serviço ou assessoria, os quais se voltaram para a especialização temática e, mais tarde, muitos deles se transformaram em ONGs. Foram os anos do “feministômetro”, em alguns países, ou da “feminista de carteirinha”*,

¹ Sonia Alvarez analisa a “onguização” e a transnacionalização do feminismo latino-americano no artigo “A ‘Globalização’ dos feminismos latino-americanos”, citado na bibliografia.

* “Feministômetro” e “feminista de carteirinha” foram termos usados no contexto da polêmica sobre a existência de um movimento feminista e um movimento amplo de mulheres (não-feminista). O primeiro teve origem entre as organizadoras do II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, com a preocupação

como é o caso do Brasil. O que é importante demarcar é que, à medida que diminuía o peso do debate sobre a relação gênero e classe, foi havendo uma inflexão na construção da identidade feminista latino-americana e caribenha e se verificando o desenvolvimento de visões liberais sobre direitos.

O que prevaleceu, a partir dessa visão de mudanças culturais, foi o desenvolvimento de uma visão liberal sobre direitos, centrada nos direitos individuais e pouco integrada a um ponto de vista que considera a necessidade de mudanças estruturais. Se, por um lado, havia essa tentativa de análise global e se passava a considerar o geral a partir do conceito de gênero, por outro perdeu-se de vista a discussão da autonomia das mulheres e assumiu-se um discurso normativo geral. Por exemplo, na luta contra a violência, passou-se a enfatizar os custos econômicos, e não mais a autonomia das mulheres.

A RELAÇÃO COM O ESTADO

Mas a grande mudança no desenvolvimento do movimento feminista deu-se nos processos de transição das ditaduras para as democracias. Em vários países, setores do movimento passaram a privilegiar a atuação no interior dos governos².

Vários setores dos movimentos, em primeiro lugar as ONGs, demandaram do Estado atuar por dentro de suas estruturas. No início, as ações foram prioritariamente dire-

justamente de que não houvesse um medidor do ser feminista, mas depois passou a ser usado, geralmente de forma irônica, nos debates críticos a essa definição de dois movimentos ou de uma hierarquia entre as militantes do movimento de mulheres. Já o termo “feminista de carteirinha” era utilizado no Brasil, geralmente em momentos dos debates críticos ou de ironia, em referência a quem era feminista *de fato* no movimento de mulheres. Ainda hoje, às vezes, ouve-se essa referência em frases como “X é feminista, mesmo que não seja de *carteirinha*”.

² *Las Mujeres*, n.º 13, publicado por Isis Internacional, analisa as primeiras experiências sob o título: “Transiciones: Mujeres en los procesos democráticos”.

cionadas para assessorar governos via capacitação de profissionais, implementação de projetos, consultorias. Cabe avaliar qual era a visão de Estado predominante, então, e como o movimento lidou com esse processo de democratização e modernização, mas em Estados que promoviam o ajuste estrutural e fiscal, de caráter neoliberal. Nesse aspecto, a atuação pela implantação de políticas públicas não levou em conta se seu caráter era universal e/ou focal e, portanto, desconsiderou a efetividade de seu alcance em relação ao conjunto das mulheres.

Na maioria das vezes, a relação com organismos governamentais ocupados por feministas foi bastante ambígua. De um lado, acabava existindo uma pressão sobre o movimento para fortalecer as feministas que ocupavam cargos nesses organismos, uma vez que estes não tinham e ainda não têm poder efetivo para implementação de políticas públicas. De outro lado, a conseqüência foi muitas vezes uma fragilização do movimento como força de mobilização e pressão, uma vez que estava sempre em risco a existência de tais organismos.

Nesse processo, aprofundou-se também uma tendência à dependência em relação aos convênios e ao acesso a subsídios governamentais por parte dos grupos com menos sustentabilidade financeira. Porém o acesso a tais fundos tinha como contrapartida, na grande maioria das vezes, que os grupos se tornassem prestadores de serviço, no marco dos programas focais.

A TRANSNACIONALIZAÇÃO NOS ANOS 1990

Durante os anos 1980, o movimento feminista na América Latina e no Caribe foi alvo de atenção em vista do crescimento das organizações de mulheres nos setores po-

pulares e de sua aproximação/incorporação à perspectiva feminista. Já no final dessa década, esse movimento teve um processo cada vez maior de institucionalização, de um lado, via profissionalização das ONGs e, de outro, devido à assimilação dessa temática pelo Estado por meio da criação de estruturas governamentais.

Nos anos 1990, a tendência de homogeneização (dentro do contexto de neoliberalismo e de democratização/modernização dos Estados) obscureceu os setores que defendiam outra visão, que eram minoritários. Isso foi mais grave pelos deslocamentos de posição de muitos grupos feministas, que causaram muita desorientação.

O início dos anos 1990 foi muito marcado pelos debates que se seguiram à queda do muro de Berlim, sem uma posição crítica diante das profundas políticas de ajuste e da implementação do neoliberalismo. A globalização era analisada como um dado irreversível e vista a partir de seus efeitos positivos e negativos sobre as mulheres. Houve o deslocamento de um debate mais geral sobre as mudanças, até mesmo no plano ideológico, para um debate no campo apenas da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas. Foi o momento em que a palavra de ordem era ser propositivo, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais, colocando como um grande horizonte o estabelecimento de políticas públicas, mas sem questionar os limites dados pelo modelo de Estado vigente. Portanto, definindo como ação fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais. Isso era bastante contraditório, uma vez que o debate geral focava a redução das políticas sociais. Portanto essa visão se reduziu a uma visão de políticas públicas no Estado mínimo, que se limitava a políticas focais realizadas em parceria com a sociedade civil.

Foi nesse ambiente que a ONU (Organização das Nações Unidas) organizou o ciclo de grandes conferências, buscando legitimar-se como a negociadora da agenda social de combate à pobreza intensificada pelas políticas de ajustes neoliberais. Essa era uma forma de se legitimar diante da onipotência do FMI (Fundo Monetário Internacional)-Banco Mundial na gestão do mundo, com suas políticas de ajuste estrutural e de abertura comercial.

A IV Conferência da Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, teve grande visibilidade nos meios de comunicação de massa e o sentido que foi sendo dado a essa grande articulação do movimento de mulheres levou milhares a participar do evento, mesmo que não fossem participantes do cotidiano do movimento. O resultado é que o evento teve um impacto enorme em amplos setores para além do movimento de mulheres e se tornou o marco de referência da maioria.

Logo após a Conferência, na qual a dinâmica implementada foi a de garantir o monitoramento da realização de sua plataforma, nem todos esses setores tiveram acesso ao que foi o processo de continuidade, o que trouxe alguma dispersão e também o isolamento de muitos grupos, principalmente dos populares, não vinculados às ONGs. Acrescente-se a isso que, no campo das ONGs, o período pós-conferência (todas e não apenas a de Pequim) foi marcado, de forma explícita ou velada, pela competição em relação a recursos da cooperação. Por outro lado, consideravam-se como grandes avanços as plataformas aprovadas nas conferências da ONU, mesmo que suas definições tenham sido genéricas e sem questionar o fato de que elas não se referem aos aspectos estruturantes das desigualdades.

Do ponto de vista da dinâmica do movimento, na segunda metade dos anos 1990, as ações foram direcionadas para consolidar os chamados avanços das conferências por meio dos processos de *lobby*, monitoramento e consultorias, em particular das ONGs. Foram anos em que prevaleceu um discurso triunfalista do setor que ficou chamado de feminismo institucionalizado. Evidentemente, como o discurso manejado por esse setor nesse momento era mais assimilável foi também mais incorporado pelas instituições, pelos meios de comunicação e até por organizações populares, como sindicatos e partidos de esquerda. Disso resultou um fenômeno novo, em alguns países: justamente as antigas feministas, críticas à proposta de levar essa discussão para as organizações mistas, passam agora a ser suas interlocutoras. Como parte desse processo, essas organizações mistas abandonaram parte de seu discurso e de suas demandas, vinculadas à dimensão de gênero e classe, e passaram a priorizar o tema “mulheres e poder” ou mesmo o discurso de políticas públicas, que se restringia, na verdade, a políticas focais, deixando de lado a discussão de mudanças estruturais.

É possível afirmar que, de certa forma, todo o setor popular do movimento de mulheres foi de alguma forma afetado por essa dinâmica. O discurso pós-conferências da ONU aparecia como o que havia de mais atual e rapidamente surgiu uma tendência a assimilá-lo. Os setores que conseguiam discernir o que estava acontecendo e mantinham seu discurso mais crítico, ficaram muito isolados e considerados utópicos, idealistas etc.

Em síntese, a partir do ciclo de conferências da ONU prevaleceu um discurso triunfalista na maioria do movimento de mulheres. A avaliação era de que se havia conseguido importantes avanços nas plataformas e que as próximas tare-

fas estavam vinculadas a monitorar para garantir a implementação das políticas. Como já apontamos, esse setor do movimento de mulheres não expressava/não trabalhava com uma visão crítica sobre o modelo neoliberal. Esses dois componentes – visão política e discurso triunfalista –, além da desqualificação das vozes críticas, impediram que se debatesse e se construísse de forma ampla uma crítica em relação aos retrocessos ocorridos na vida das mulheres no contexto do neoliberalismo.

Do ponto de vista organizativo, nesse período acirrou-se um problema anterior do movimento de mulheres, cuja fragmentação e a inexistência de espaços consolidados de democracia interna permitiram a uma ONG ou a uma “feminista histórica” assumir a legitimidade para falar em nome do movimento ou até das mulheres em geral, colocando-se portanto como intermediária do movimento em relação ao Estado e às organizações multilaterais. Como as conferências apareciam como o único caminho possível e acertado para o movimento de mulheres, quem estava no centro desses processos ganhou muita legitimidade e autoridade. Em vista disso, a intervenção foi centrada em projetos de monitoramento e *lobby* nos legislativos e nos meios de comunicação de massa. O fato é que todo esse processo desarmou, dispersou e despolitizou o movimento de mulheres. Enquanto este se concentrou na defesa de normatizações jurídicas e de políticas públicas focais, nestes tempos de neoliberalismo, o mercado reorganizou nossas vidas em todos os níveis, incluindo o subjetivo. Paralelamente e em consequência desse quadro, assistiu-se à imposição de um padrão de beleza estrito e comprado nas clínicas de cirurgia plástica, à medicalização de processos naturais da vida, como a menopausa e a menstruação, à diminuição de direitos trabalhistas, entre outros.

OS IMPACTOS DO LIVRE MERCADO NA VIDA DAS MULHERES

Uma primeira questão que tem merecido análise é a de que uma das conseqüências desse processo de neoliberalismo para o conjunto das mulheres é a existência de uma polarização na qual uma pequena parcela de mulheres obteve ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho como no acesso a liberdades individuais e até mesmo à participação na vida pública.

O aspecto mais propalado desse processo é o fato de que, sob as políticas neoliberais, aumentou o trabalho assalariado das mulheres em todo o mundo, com exceção da África Subsaariana (Helena Hirata, 2003:16). É o que Lena Lavinas (1999:40) chamou de empregabilidade feminina, uma vez que a criação de empregos nestes tempos de neoliberalismo e ajuste foi voltada para as mulheres. Isso se deu em função de a mão-de-obra feminina ser considerada adequada para o tipo de emprego ofertado, o emprego *flexível* que, de fato, inclui menos direitos, com o trabalho muitas vezes feito em domicílio, em longas jornadas e sob um ritmo intenso, e não raro sazonalmente.

Na verdade, analisar o emprego feminino leva-nos a perceber a divisão sexual do trabalho como estruturante de uma nova divisão internacional do trabalho. As mulheres estão concentradas nos setores da produção internacionalizados, como a área agrícola dos países produtores de frutas e de determinadas *commodities*, como, por exemplo, aspargo no Peru, castanha na Bolívia, flores na Colômbia, pescado em outros países. Na indústria mexicana, as *maquilas* incorporam a mão-de-obra feminina, em particular jovens em péssimas condições de trabalho, além de submetidas a controle e assédio. É também em regiões de *maquila*, como na fronteira

do México com os Estados Unidos, que se têm verificado práticas de *feminicídio*: centenas de mulheres jovens foram assassinadas nos últimos onze anos, sem esclarecimento algum. Esse fenômeno tem se estendido para outras regiões como, por exemplo, a América Central.

Nestes tempos de neoliberalismo, conhecem-se a diminuição de empregos públicos e de postos de trabalho no setor produtivo, ao lado de um concomitante aumento de vagas no setor de serviços. Esse é outro fator que explica o aumento da PEA (População Economicamente Ativa) feminina. O crescimento do emprego feminino verificado não impede que as taxas de desemprego entre as mulheres sejam mais altas do que as masculinas.

Em vários países da região latino-americana e caribenha, o turismo tem sido a principal fonte de ingressos e, nesse setor, verifica-se uma das mais perversas formas de incorporação do trabalho feminino: o turismo sexual baseado na prostituição e na indústria do entretenimento. Como parte desse mesmo processo, existe um grande fluxo migratório, em particular para os países do Norte, e há que se destacar nele o tráfico de mulheres, do qual já se levantaram dados que demonstram tratar-se da terceira atividade mafiosa em rentabilidade, perdendo apenas para o tráfico de armas e drogas. Segundo o estudo sobre o tema, o tráfico de mulheres é, atualmente, um “negócio” globalizado, com rotas estabelecidas partindo de localidades pobres em direção aos países ricos.

Nas discussões em torno deste tema, encontramos um exemplo de como as visões do movimento de mulheres se diferenciam, como analisado anteriormente. Quanto à questão do tráfico sexual, existe um consenso de que se deve trabalhar para que seja impedido. Já em relação ao turismo sexual e à prostituição, as avaliações de seu significado são

mais polêmicas e diferenciadas, exceto quando essas atividades envolvem mulheres menores de 18 anos, havendo aí um consenso de que elas devem ser coibidas. Um elemento que contribui muito para a polêmica é o fato de que meninas de classe média se prostituem ou trabalham como garotas de programa. Há toda uma discussão sobre tratar-se de uma atividade escolhida voluntariamente, que pode ser exercida por um certo período, ou seja, não se caracteriza como algo que impossibilite a mulher de redefinir sua vida, de modo que ela se configuraria apenas como um trabalho. Mas, nessas e em outras questões, prevaleceu uma visão liberal de direito, sem um questionamento crítico global do modelo e das práticas construídas. Nisso cabe, até mesmo, pensar sobre qual subjetividade se constrói em uma sociedade onde impera o livre mercado e o consumo.

A análise desses temas deve ser feita com base na percepção que se tem do próprio modelo de desemprego e da falta de perspectiva no futuro, que coloca sobre os ombros de cada indivíduo a responsabilidade por sua situação. Ou seja, pela visão liberal, marcada por um modelo competitivo que coloca no consumo a forma de realização no mundo, o indivíduo escolhe seu caminho. Mas o mais importante é que, dentro do modelo globalizado, esses fatos não podem ser considerados isoladamente. É preciso contextualizar o papel que eles cumprem na divisão internacional do trabalho configurada. A situação, ressalte-se, não é fruto de comportamentos individuais, mas da existência de setores de agenciamento, que fazem parte de uma ampla rede de negócios. No que se refere à prostituição, cada menina que faz a “escolha” tem atrás de si uma rede de prostituição organizada.

Entre os fatores que levam as meninas a se prostituírem, além da expectativa de consumo e de o comércio sexual ser

às vezes seu único meio de sobrevivência, há um, de muito peso, que é o tradicional sonho de encontrar um príncipe encantado, no caso um estrangeiro que a levará para a Europa. Além disso, muitas dessas jovens têm em sua história de vida a violência sexual em família.

O tráfico, o turismo sexual e a prostituição de mulheres devem ser analisados sob dois aspectos: o papel que os países onde essas atividades se expandem cumprem na divisão internacional do trabalho e o papel da mercantilização, da coisificação e da alienação do corpo na construção da sexualidade e seus significados. Não se trata, aqui, de reabrir o debate sobre as normatizações vinculadas à sexualidade, mas de refletir sobre a construção social da sexualidade que se verifica no presente. Mais do que isso, trata-se de reafirmar uma visão libertária da sexualidade, baseada na igualdade e no consenso, portanto de crítica à mercantilização e às relações de dominação.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse contexto de péssimas condições de trabalho, as mulheres enfrentam outros problemas que tornam ainda mais dramática sua situação: o número das que arcam sozinhas com o sustento dos filhos aumentou; são elas que sofrem as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência urbana, incluindo o envolvimento dos filhos com o narcotráfico. Sob esse modelo as políticas públicas perderam o sentido de garantia dos direitos sociais como universais e começaram a ser trabalhadas como políticas focais dirigidas aos mais pobres. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a pobreza deixa, cada vez mais, de ser enfocada como um problema econômico, passando a ser

vista como um problema social, e em que os pobres são considerados aqueles que não deram certo sob o modelo econômico atual e são tratados como mais uma patologia social. As mulheres tornaram-se alvo dessas políticas por serem vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais. Elas estariam, desse ponto de vista, mais preocupadas com o bem-estar dos filhos do que com o delas próprias, e, por isso, são as beneficiárias de políticas, como renda mínima e microcrédito, e de título de propriedade da casa. Nesse quadro, portanto, percebe-se que são vistas como base em sua responsabilidade para com a família, e não enquanto cidadãs com direito a autodeterminação e autonomia pessoal.

O LUGAR DO CORPO NESSA POLARIZAÇÃO

Essa polaridade tem se expressado nas diferentes formas de lidar com o corpo e na autonomia das mulheres.

Para as profissionais, com uma boa renda, há toda uma parafernália em nome da manutenção de um padrão de beleza vinculado à promessa de eterna juventude que, por sua vez, é associada à possibilidade de realização, de reconhecimento social e de obtenção de prazer e felicidade. As inovações tecnológicas e o discurso sobre modernidade, junto com as ofensivas conservadoras, foram a estratégia para se construir essa imposição de um padrão de beleza associado à magreza e à eterna juventude.

A corrida para a magreza por meio de cosméticos, medicamentos, academias de ginásticas verifica-se em vários países, nos quais também assistimos ao aumento de enfermidades decorrentes da busca do corpo ideal, como a bulimia e a anorexia. Mas a corrida da beleza não pára por aí. A propaganda promete eterna juventude para a mulher que usar

os cosméticos adequados a seu tipo de pele e a sua idade. E se, mesmo assim, ainda não tiver conseguido o corpo ideal, ela poderá recorrer ao silicone, ao botox, às cirurgias plásticas etc. Não é por acaso que, paralelamente a essa situação, assistimos ao aumento da depressão e a uma constante insatisfação diante da vida por parte de muitas mulheres.

Nesse contexto, outro campo de ofensiva contra a autonomia das mulheres é a medicalização e a intervenção sobre seu corpo e seus processos biológicos. Toda uma geração de feministas acreditava ter sido possível mudar a relação das mulheres com a menstruação, no sentido de considerá-la um processo natural da vida, e, mais do que isso, que a desconstrução de nossa subordinação passava pela reconstrução de nossa auto-estima e por gostar de nosso corpo. Hoje, a menstruação é o tempo todo apresentada como algo ruim, que nos descontrola, produz TPM (síndrome de tensão pré-menstrual), e, a cada momento, descobrimos mulheres com uma TPM que antes não tinham e ainda inúmeras jovens com uma vivência negativa da menstruação. Essa situação, mais do que a considerá-la real ou irreal, nos leva a questionar: por que tantas mulheres hoje afirmam ter, e de fato têm, mais problemas com a menstruação? Isso seria fruto dos hormônios ou de um processo muito mais complexo, que envolve vários fatores?

Não se trata aqui de desenvolver as hipóteses sobre essa problemática, mas, dentro dos objetivos deste artigo, assinalar que a resposta dada pela medicina, apoiada e divulgada pelos meios de comunicação, é de medicalização e de intervenção sobre o corpo das mulheres. Uma intervenção que interfere no ciclo biológico, incluindo até mesmo a supressão da menstruação, e que tem sido cada vez mais utilizada como método anticonceptivo, por meio dos implantes

hormonais. O método utilizado baseia-se nos mesmos hormônios artificiais, já tão denunciados, presentes na pílula anticoncepcional e que podem trazer problemas de saúde. Mas outra vez recorrem a uma suposta modernização e dizem que agora já não oferecem mais riscos.

E foi essa mesma lógica que construiu todo o discurso em torno da chamada TRH (terapia de reposição hormonal), utilizada quando as mulheres estão próximas da menopausa. Para convencer o público-alvo, a TRH foi apresentada como meio de evitar doenças cardiovasculares, osteoporose e os chamados sintomas da menopausa, e, ainda, de manter a juventude. Em seu *Boletim Mulher e Saúde* número 23, a SOF advertia que ainda não havia estudos suficientes para apoiar tais afirmações e que, somente após os resultados de uma pesquisa em desenvolvimento nos Estados Unidos, seria possível ter pelo menos alguma segurança ou não a respeito de tais benefícios. Pois bem, a pesquisa foi suspensa três anos antes do término previsto e demonstrou que as mulheres tratadas com os comprimidos à base de hormônios mostravam-se mais suscetíveis a derrames, infartos do coração, trombose e câncer de mama.

Mais uma vez o corpo e a vida das mulheres foram e continuam sendo usados em nome dos interesses dos grandes laboratórios, alguns dos quais, aliás, para nossa surpresa, são os mesmos que produzem sementes transgênicas.

É nesse contexto, também, que as novas tecnologias reprodutivas têm se desenvolvido, não só redefinindo o corpo da mulher na reprodução, como estendendo a possibilidade de gestação após a menopausa. A forma como esse tema tem sido tratado evidencia, no suposto discurso da modernidade, a hipocrisia em relação ao aborto. Na questão dessas novas tecnologias o suposto avanço científico não se pauta na ética

nem nos mesmos conceitos de origem da vida, como acontece no caso do aborto.

O fato de um setor hegemônico do movimento de mulheres ter mantido durante mais de uma década um posicionamento ligado a um discurso governamental e dos organismos multilaterais, de defesa da equidade de gênero, dificultou durante toda uma década a possibilidade de uma análise crítica, mais ampla, de todo esse processo. Esse setor do movimento de mulheres, que havia investido quase toda sua energia nessa estratégia de garantir os direitos a partir de seu reconhecimento nos acordos internacionais, ou seja, sendo parte do chamado espaço de poder central, agarrou-se à defesa das conquistas feitas e de não deixar que estas retrocedessem.

Ainda hoje existem discursos contraditórios sobre a situação das mulheres, como o de que elas avançaram no reconhecimento de direitos, de um lado, e de que tiveram sua pobreza aumentada, de outro. Porém o que houve de fato foi a perda de direitos. Basta levar em conta a redução do número de trabalhadoras com seguridade, a diminuição dos serviços públicos, a falta de soberania e de autodeterminação.

A perda de radicalidade no movimento feminista contribuiu para o enfraquecimento da capacidade do movimento de mulheres de responder coletivamente às políticas que fizeram crescer as desigualdades e a discriminação. É importante extrair como consequência desse processo que não é mais possível manter essas avaliações lineares de que há uma evolução positiva da situação das mulheres nos últimos cinquenta anos. Portanto cabe entender a complexidade da situação atual e considerar as derrotas e os retrocessos que o neoliberalismo impôs à vida das mulheres. Isso exige do feminismo um balanço crítico dessa visão linear dos avanços

das mulheres. Por isso um dos temas a serem tratados é o fato de que, pela primeira vez na história, há mulheres que são, elas próprias, a personificação do capital, e não mais mediadas por seus pais, amantes ou maridos. Isso coloca de forma direta o aumento da contradição e dos conflitos de interesses entre as mulheres.

NOVAS DINÂMICAS E NOVAS POSSIBILIDADES

O que foi ficando evidente é que essa posição, que se tornou majoritária e até mesmo hegemônica no feminismo latino-americano e caribenho nos anos 1990, resultou de muitas mudanças no interior do movimento. Quanto aos fatos, houve deslocamentos de posições, formação de novas alianças e, portanto, rupturas em relação a alianças anteriores. Quanto à visão crítica, ficou nítida na região o chamado feminismo autônomo. Mas evidentemente havia muitos outros grupos que não compartilhavam integralmente da posição majoritária e, por isso, nas coordenações ou fóruns preparatórios, conviveram diferentes pontos de vista.

Enquanto havia um debate cristalizado nos espaços gerais do movimento de mulheres, era natural que novas dinâmicas se formassem, seja para buscar respostas a demandas que não estavam sendo respondidas, seja para encontrar novas formas organizativas nas quais pudessem construir novos processos, como, por exemplo, a REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia), a MMM (Marcha Mundial das Mulheres), a ASC (Aliança Social Continental), entre outras. É interessante ressaltar que algumas dessas organizações, como a REMTE e a MMM, já estavam presentes no Fórum paralelo, em Pequim, onde houve oficinas em que se debateram suas propostas.

A REMTE foi fundada em 1997 e a MMM realizou seu primeiro encontro em 1998, porém ambos os eventos foram precedidos de um intenso processo de articulação.

Um dos grandes méritos da REMTE foi escolher o tema do trabalho das mulheres, dando-lhe uma perspectiva política que considerava a articulação entre produção e reprodução. Nessa perspectiva, a primeira investigação coletiva da Rede, organizada em seis países, já demonstrava o sentido de sua posição política ao escolher como tema as condições de trabalho das mulheres, no auge do neoliberalismo na região, onde predominava a visão de que não era possível pensar em emprego para todos(as) e a maioria das propostas se concentrava em políticas focais, lançando sobre as(os) trabalhadoras(res) a responsabilidade por sua condição de desemprego. Essa posição da REMTE foi particularmente importante, pois, nesse momento, setores do movimento de mulheres argumentavam que a globalização ampliava o emprego para as mulheres. O estudo da Rede demonstrou quais eram as condições de emprego para as mulheres que ingressavam no mercado de trabalho: justamente os precários e sem direitos.

Outra ação dessa organização foi seu engajamento em campanhas que abordavam os temas macroeconômicos em uma perspectiva de questionamento do neoliberalismo, inicialmente contra o pagamento da dívida externa e posteriormente contra a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Desde o início de suas atividades a REMTE se engajou na construção da Marcha Mundial das Mulheres, uma ação do movimento feminista internacional que se iniciou como uma campanha de combate à pobreza e à violência contra as mulheres.

Mais tarde, as duas organizações atuaram juntas pela construção do processo FSM (Fórum Social Mundial). E foi essa participação que trouxe novas possibilidades de articulação, colocou novas exigências, potencializou a intervenção crítica ao capitalismo neoliberal e ampliou as possibilidades de se trabalharem as conexões entre esse modelo e as imposições que o livre mercado tem feito às mulheres, resultando até mesmo em retrocessos em termos de direitos conquistados e na diminuição da autonomia e das possibilidades de autodeterminação das mulheres.

Nessa nova dinâmica, verificou-se também a inserção das mulheres na Aliança Social Continental, iniciada em 1998, no Chile, durante a Cúpula dos Povos. A finalidade da ASC é debater um projeto de integração alternativa para as Américas, e ela tem sido uma das principais articuladoras da campanha contra a Alca no continente.

A Marcha Mundial das Mulheres iniciou como uma campanha contra a pobreza e a violência contra as mulheres, em 8 de março de 2000. Sua principal ação internacional foi um abaixo-assinado contendo dezessete reivindicações relacionadas à erradicação da pobreza e da violência sexista. As mais de 5 milhões de assinaturas foram entregues na sede da ONU em 17 de outubro de 2000, quando foram realizadas manifestações em Nova York e em vários países. Nos dias anteriores, 30 mil mulheres reuniram-se em Genebra e houve uma passeata em Washington antecedendo as audiências no Banco Mundial e FMI.

Em 2000, mais de 6 mil grupos de 161 países e territórios aderiram à MMM, demonstrando a amplitude dessa proposta. Em muitos desses países, segundo avaliação de suas participantes, a adesão significou a retomada da mobilização e da articulação do movimento de mulheres. Esse foi o principal

motivo para a proposta feita por muitos deles de que a MMM se transformasse em uma ação e articulação permanentes.

Na ASC, desde o início, as mulheres se organizaram como grupo temático com a tarefa de escrever o capítulo sobre gênero para o documento geral sobre alternativas para a integração americana. Posteriormente essa participação foi se definindo a partir das redes e articulações presentes em seu interior: a REMTE, a Rede Internacional sobre Gênero e Comércio e a MMM, que se organizavam com reuniões paralelas durante eventos da ASC. Em 2002, houve um encontro na República Dominicana que definiu um plano de trabalho para o coletivo de mulheres da Aliança.

No processo de organização do FSM (Fórum Social Mundial), desde sua gênese, algumas organizações do movimento de mulheres participaram, como, por exemplo, a MMM, que esteve presente na reunião em Genebra e no fórum paralelo a Copenhague +5. À medida que a organização preparatória da primeira edição do FSM avançava, outras organizações de mulheres brasileiras se aproximaram e isso, depois, veio a se configurar como outras articulações internacionais dentro do Fórum. No primeiro FSM (Porto Alegre, 2001), a MMM apareceu com grande destaque como articulação feminista, fazendo parte de uma das conferências e da teleconferência que opôs representantes do FSM aos do Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Várias redes feministas passaram a compor o Comitê Internacional do FSM, constituído em 2002. Elas são percebidas como duas articulações, e isso se expressa nas opções de como participar durante a realização dos eventos e também na forma que cada uma tem de si como construtora do Fórum ou como um espaço onde se disputa a incorporação

de propostas. Evidentemente dentro do FSM se expressam várias outras organizações feministas, com suas agendas e visões específicas. Mas é importante afirmar que a partir dele houve uma mudança de dinâmica que fez com que os vários campos dos movimentos sociais, inclusive o feminista, tivessem de se reposicionar, mesmo implicando um processo de disputa sobre o alcance e o papel do Fórum.

Para a MMM, a participação no FSM (desde a reunião em Genebra, onde foram construídos os primeiros acordos), possibilitou ampliar sua própria visibilidade e articulação, e expressou seu envolvimento e compromisso com o movimento antiglobalização. Fazendo parte do Fórum e da Rede de Movimentos Sociais, a Marcha permitiu intensificar debates antes muito restritos, como, por exemplo, sobre a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

UMA BREVE AVALIAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres se constituiu como uma das mais importantes articulações do movimento feminista nos últimos anos. Um aspecto central para essa análise é o fato de ter possibilitado uma recomposição do movimento de mulheres a partir de uma mudança de agenda. Desde o início, colocava uma crítica global ao capitalismo e ao neoliberalismo. Em pleno processo de Pequim +5 (avaliação da IV Conferência da Mulher), ela propôs uma grande mobilização que se diferenciava pelo método de organização e pela plataforma. Foi uma das primeiras manifestações mundiais a criticar abertamente o neoliberalismo e a propor mudanças estruturais, questionando também o sistema capitalista como um todo, e não apenas sua face neoliberal. Sua articulação foi uma ação importante onde se pôde con-

cretizar essa opção e recolocar de forma massiva o debate sobre gênero e classe. Foi, portanto, parte integrante do movimento antiglobalização, que teve nas manifestações em Seattle um de seus marcos de constituição.

A MMM tornou-se na América Latina e no Caribe uma alternativa ao processo de institucionalização e de perda de radicalidade, retomando a idéia de auto-organização das mulheres, de mobilização, de fazer a luta feminista vinculada à luta anticapitalista, recolocando as questões de gênero e de classe como co-extensivos, e a necessidade de transformação global do modelo, sem abandonar outras questões como raça/etnia, juventude etc.

Com a Marcha, retomou-se a mobilização nas ruas, a organização ampla das mulheres desde a base, articulando o nível local ao internacional; construíram-se e reforçaram-se alianças com vários movimentos sociais. Houve um crescimento de legitimidade perante outros movimentos mistos, a partir da participação no plebiscito da dívida externa e, posteriormente, na campanha contra a Alca.

Em 2005, a MMM realizou outra ação mundial, que teve início no 8 de março, no Brasil, e percorreu o mundo em uma marcha de revezamento que terminou no dia 17 de outubro, em Burkina-Faso (África). A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade foi elaborada para essa ação que expressa a visão da MMM sobre a construção de um outro mundo. Ao mesmo tempo em que a Carta percorre o trajeto definido, uma imensa colcha-de-retalhos foi construída, com cada país criando um retalho com sua representação do significado da Carta.

As ações de 2005 confirmaram e consolidaram a legitimidade da MMM ao longo destes cinco anos, ancorada no processo de organização e mobilização, em seu posiciona-

mento político e na relação de alianças construídas com diversos outros movimentos sociais, bem como em seu envolvimento em processos mais amplos de organização e luta, como o FSM e a Rede de Movimentos Sociais.

DESAFIOS E PROPOSTAS

Os desafios para a retomada com força da luta social ancorada na construção de um pensamento crítico apareciam como enormes. Os obstáculos eram muitos, a começar por como construir um discurso crítico que se contrapusesse à ofensiva conservadora. A política neoliberal havia destruído a idéia de políticas públicas universais que garantissem os direitos sociais e imposto modelos de atenção de baixo custo, mais uma vez utilizando o trabalho das mulheres como forma de complementar o Estado.

A construção de uma visão crítica encontra obstáculos na força que a atual sociedade de mercado ainda tem sobre as consciências, e o desafio é, portanto, construir um discurso que seja apreendido por amplos setores populares e da juventude.

Porém, desde o início dos 2000, vivemos um momento de recomposição de um movimento internacional, no qual se percebe mesmo a emergência de uma nova geração política. Essa recomposição teve por base um posicionamento crítico em relação ao atual modelo econômico que constituiu o chamado movimento antiglobalização. O Fórum Social Mundial tem sido o espaço para onde convergem as diversas iniciativas, mas engloba também outros setores, até aquele que estamos chamando aqui de setor hegemônico do feminismo ou de feminismo institucionalizado. Portanto a disputa de projetos também está colocada nesse espaço.

Mas o mais importante a ressaltar em relação a esse fato é que a força do movimento antiglobalização recolocou para esses setores a necessidade de se reposicionarem.

Do ponto de vista do movimento feminista, a nova dinâmica criada a partir da organização da MMM e da organização das mulheres na campanha contra a Alca apontou para a ruptura com a situação anterior, na qual a ação do movimento de mulheres enquanto parte da luta social havia perdido força. Estamos tendo continuamente notícias da entrada de jovens nesse novo momento do movimento de mulheres, os laços entre as urbanas e as rurais têm se estreitado e vem crescendo a legitimidade da agenda feminista perante outros movimentos sociais.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o protagonismo das mulheres em temas estratégicos, como a campanha das integrantes da Via Campesina pela preservação das sementes ou a experiência da Marcha das Margaridas, no Brasil, que tem mobilizado trabalhadoras rurais que construíram uma agenda abrangente.

Nesse momento de recomposição, observamos avanços em alguns setores e temas como, por exemplo, a crítica ao neoliberalismo, que se expressa na contraposição aos tratados de livre comércio e na afirmação da soberania alimentar. Mas a construção de um posicionamento crítico global ao modelo presente, atualizando uma visão feminista da situação das relações de gênero (em resposta ao retrocesso), permanece como um desafio central. Isso implica análise política, construção de um discurso e a articulação de ações de rebeldia-construção de postura alternativa ao que se coloca hoje como o modelo de feminilidade, nas exigências do mercado de trabalho, na maternidade, no padrão de consumo, na banalização da sexualidade, ou seja, nos re-

quisitos para constituir o modelo atual de mulher. Esse quadro recoloca o debate sobre identidade, autonomia e autodeterminação, muito presente no feminismo dos anos 1960 e 1970, mas que perdeu espaço na agenda feminista dos últimos anos.

Para as mulheres que atuam com o tema da economia, é um desafio articular os objetivos permanentes e uma visão global da luta feminista, por exemplo, em nossas atividades de formação de lideranças. Esse desafio inclui também, por exemplo, um questionamento do tráfico de mulheres e do aumento da prostituição como estruturadores do atual modelo de sociedade: capitalista, patriarcal, heterossexual, racista. Significa perguntar pelas implicações da divisão sexual do trabalho na relação produção e reprodução, na heterossexualidade, ou seja, supõe trabalhar a agenda feminista em uma abordagem global.

Quanto ao tipo de movimento a ser construído, é necessário, em primeiro lugar, extrair lições a partir do balanço, reconhecendo que as normatizações jurídicas são apenas um aspecto de nossa luta, a qual deve estar articulada com a mobilização por mudanças estruturais, políticas, culturais e simbólicas. Por isso é fundamental a construção de movimentos de mulheres enraizados na sociedade e com base social ampla. Isso exige o desencadeamento de ações, em espaços de articulação amplos e democráticos, combinadas com uma política de formação de lideranças e mecanismos de circulação de informação. Além disso, é imprescindível a permanente articulação com outros movimentos sociais para a construção substantiva de um projeto alternativo de sociedade.

Por fim, colocam-se os desafios em relação ao FSM, que neste momento avança rumo à internacionalização. O debate está em como avançar no sentido da construção de um

projeto que se expresse nas lutas cotidianas dos movimentos sociais. Além disso, tanto a REMTE como a MMM têm um papel determinante para que, nesse debate do FSM, seja incorporada uma visão feminista que integre a compreensão da globalização neoliberal e das relações desiguais entre homens e mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia e ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000. p. 383-426.
- . Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia e NOBRE, Miriam (orgs). *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo, SOF, 2000. (Col. Cadernos Sempreviva.)
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane et alii (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial para as Mulheres, 2003. Caderno 3.
- HIRATA, Helena. Os paradoxos da globalização. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs). *O trabalho das mulheres*. São Paulo, SOF, 1999. (Coleção Cadernos Sempreviva.)
- . Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: TEIXEIRA, Marilane et alii (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial para as Mulheres, 2003. Caderno 3.
- LAVINAS, Lena. Empregabilidade: uma noção conjugada no feminino. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs). *O trabalho das mulheres*. São Paulo, SOF, 1999. (Coleção Cadernos Sempreviva.)
- RODRÍGUEZ, Regina (org). “Transacciones: Mujeres en los procesos democráticos”. *Ediciones de las Mujeres*, n. 13. Isis Internacional, Chile, 1990.
- STERNBACH, Nancy; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHURYK, Patrícia e ALVAREZ, Sonia. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: LAVINAS, Lena (org). *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, n. 2, Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 1994.